

## Corregedorias devem fomentar boas práticas, diz Humberto Martins

É essencial fortalecer as Corregedorias como forma de disseminação de boas práticas gerenciais do Poder Judiciário brasileiro. Foi o que defendeu o ministro Humberto Martins, corregedor nacional de Justiça, na abertura da 2ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça do Matopiba, na noite dessa quinta-feira (25/04), em Salvador.

José Cruz/Agência Brasil



Corregedorias devem sintonizar nos reclamos da sociedade, afirma Humberto Martins.  
José Cruz/Agência Brasil

Humberto Martins defendeu a importância de reforçar o papel das corregedorias como instrumentos de orientação e de fomentadoras de boas práticas gerenciais pela proximidade que elas têm em relação às unidades judiciárias e pela força coercitiva junto aos magistrados.

“Note-se que o papel do Judiciário na sociedade a cada dia cresce mais em importância e, por isso, os cidadãos, os órgãos dos outros poderes da República, a imprensa, enfim, todos se voltam para as decisões proferidas no âmbito dos processos judiciais e, conseqüentemente, também para a postura dos magistrados em sua vida pública e privada”, destacou o corregedor nacional.

A região do Matopiba é formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e o evento tem o objetivo de discutir soluções para os problemas fundiários comuns aos estados da região, especialmente em relação à grilagem de terras e à ocupação desordenada de áreas urbanas e rurais.

“Para mim, é especialmente gratificante verificar que as corregedorias de Justiça dos estados da região do Matopiba estão adotando essa postura proativa, de antecipar-se aos problemas e buscar soluções rápidas, pois sempre afirmo que, em minha opinião, a função das corregedorias judiciais é muito mais ampla do que a de um órgão sancionador, de aplicador de penalidades”, afirmou o ministro.

O ministro ainda ressaltou que os jurisdicionados não são apenas usuários do Poder Judiciário, mas também os seus mais rigorosos fiscais, razão pela qual os magistrados devem sempre agir com integridade, sabedoria e prudência na sua vida pública e privada.

“A sabedoria se revela não apenas pelo conhecimento das leis, mas, sobretudo, em entender as

particularidades humanas, em perceber que, por trás das demandas existem vidas, muitas vezes tristes e sofridas, e que o processo que está sendo julgado pode significar um alívio no sofrimento ou o aprofundamento das agruras pessoais”, disse o corregedor. *Com informações da assessoria de imprensa da Corregedoria Nacional de Justiça.*

**Date Created**

26/04/2019